

# HUM@NÆ

Questões controversas do mundo contemporâneo

n. 19, n. 1

## A INTERNET E AS MÍDIAS DIGITAIS ESTÃO APAGANDO A ANCESTRALIDADE NEGRA?

Tito Carlos Sergio de Melo FILHO<sup>1</sup>

Tailson Evangelista MARIANO<sup>2</sup>

### RESUMO

A imposição do esquecimento sobre as memórias de dor e resistência das populações negras constitui uma prática recorrente no contexto brasileiro. Nos campos das artes, das ciências, das religiões e em outros espaços de expressão da subjetividade, a presença negra é frequentemente invisibilizada por dinâmicas vinculadas à colonialidade, que operam no apagamento das experiências de dor, prazer e resistência de ser negro e negra no Brasil. O presente trabalho tem como objetivo analisar de que modo a internet e as mídias digitais têm contribuído para a marginalização da ancestralidade negra e para a desvalorização de sua relevância no país. Como procedimento metodológico, adota-se a revisão bibliográfica, com ênfase em produções recentes e relevantes, como livros e artigos científicos. Conclui-se que, apesar das tentativas de interdição dos saberes, modos de ser e formas de poder das identidades subalternizadas, emergem resistências que, ancoradas na consciência de seu lugar de fala, vêm produzindo novas possibilidades de diálogo com as estruturas hegemônicas.

**Palavras-chave:** Internet, Ancestralidade Negra, Esquecimento, Memórias.

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco – Bolsista CAPES – E-mail: [carlosergio@yahoo.com.br](mailto:carlosergio@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Doutor e Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

## **ABSTRACT**

The imposition of forgetting upon the memories of pain and resistance of Black populations constitutes a recurring practice within the Brazilian context. In the fields of arts, sciences, religions, and other spaces of subjective expression, Black presence is often rendered invisible by dynamics associated with coloniality, which operate through the erasure of experiences of pain, pleasure, and resistance inherent to being Black in Brazil. This study aims to analyze how the internet and digital media have contributed to the marginalization of Black ancestry and to the devaluation of its relevance in the country. Methodologically, this research adopts a bibliographic review, emphasizing recent and relevant productions, including books and scientific articles. The findings indicate that, despite ongoing attempts to suppress the knowledge, ways of being, and forms of power of subalternized identities, forms of resistance continue to emerge. Grounded in an awareness of their positionality and place of speech, these resistances have been generating new possibilities for dialogue with hegemonic structures.

Keywords: Internet; Black Ancestry; Forgetting; Memory.

## **1 INTRODUÇÃO**

No Brasil, a constituição das narrativas familiares costuma estar associada ao sobrenome, funcionando como marcador de pertencimento e continuidade histórica. Entretanto, esse tipo de referência raramente contempla a população negra, cujas trajetórias foram profundamente atravessadas pelos efeitos da escravidão. Entre pessoas brancas, é recorrente a valorização das origens europeias, espanholas, suecas, polonesas ou alemãs, o que possibilita não apenas o reconhecimento simbólico de uma linhagem, mas também o acesso a direitos e a memórias que antecedem o próprio nascimento. Em contrapartida, para sujeitos negros, o vínculo com o passado ancestral tende a apresentar rupturas significativas. A violência

histórica da colonização e da escravidão produziu apagamentos que dificultam a identificação de procedências no continente africano, bem como o conhecimento acerca das formas de organização social, política e cultural de seus povos de origem. Aspectos como práticas alimentares, expressões corporais, musicalidade e modos de cuidado foram, em grande parte, descontinuados ou obscurecidos ao longo do tempo. Como resultado, a experiência de pertencimento ancestral se constrói, muitas vezes, a partir de fragmentos, atravessada por silêncios e lacunas que impactam a elaboração identitária.

Os sujeitos situados naquilo que pode ser compreendido como a outra margem da humanidade, posicionados no lado subalternizado da diferença colonial e ontológica, historicamente afastados por uma lógica que os inscreve no campo do não reconhecimento, possuem trajetórias que foram sistematicamente deslegitimadas. Ainda assim, essas histórias são fundamentais e demandam visibilidade, sobretudo quando narradas a partir de seus próprios lugares de enunciação. Quando apropriadas por perspectivas hegemônicas, tais narrativas foram frequentemente reduzidas, desqualificadas e destituídas de valor, a ponto de, em alguns contextos, serem internalizadas como motivo de negação ou constrangimento no interior da própria negritude. Nesse processo, a branquitude, ao estabelecer hierarquias que posicionaram identidades ameríndias e africanas em patamares inferiores no contínuo humano, contribuiu para relegar os saberes e discursos da ancestralidade negra a zonas de silêncio, apagamento e deslegitimação. Tal dinâmica não apenas comprometeu a circulação desses conhecimentos, como também restringiu suas possibilidades de reconhecimento e validação nos espaços sociais, acadêmicos e culturais.

O principal objetivo deste trabalho será demonstrar como a internet e as mídias digitais estão deixando de lado a ancestralidade negra e sua importância para o Brasil. A metodologia adotada será uma análise bibliográfica de literatura, com ênfase em livros e artigos mais atuais e relevantes.

Embora os processos de invisibilização dos saberes afrodescendentes se estendam ao longo da história, a população negra tem continuamente produzido movimentos de insurgência, reivindicando reconhecimento e elaborando respostas criativas frente a tais dinâmicas. Essas ações tensionam projetos coloniais que tentam desarticular a presença negra da história nacional, impedindo sua plena

efetivação. As vozes que emergem em contestação aos apagamentos promovidos por grupos hegemônicos ancoram-se nas experiências da negritude, trazendo à tona dimensões historicamente silenciadas pela lógica da diferença colonial, que universalizou uma narrativa única centrada no olhar dos colonizadores, relegando outras perspectivas às margens. Nesse sentido, as práticas discursivas da resistência negra se constituem a partir dos lugares de enunciação dos sujeitos subalternizados, de suas vivências e contextos, configurando-se como elementos fundamentais para o enfrentamento das rupturas produzidas pela colonialidade no campo da linguagem e da representação. O presente estudo propõe-se a abordar essa problemática à luz das teorias decoloniais e das expressões de resistência negra, entendidas como movimentos que se opõem ao silenciamento histórico. Tais resistências, sejam elas de caráter individual ou coletivo, colocam em questão a permanência de estruturas coloniais ainda vigentes, afirmando outras possibilidades de existência, produção de conhecimento e reconhecimento social.

## **2 POLÍTICAS COLONIAIS DO ESQUECIMENTO**

O que se diz sobre a infância negra em terras africanas? Como uma criança é percebida, nomeada e acolhida em seu processo de escolarização naquele território que antecede a diáspora? De que maneira seus traços físicos, o cabelo, o nariz, os lábios, são significados no interior de suas famílias? E quais cantos atravessavam o sono desses corpos ainda em formação, quando eram apenas expectativa de existência? Essas são perguntas para as quais não tenho respostas. Minha referência está do outro lado dessa travessia histórica: o lado marcado pela violência dos navios negreiros, pela captura e pela desumanização. No cenário brasileiro, a experiência de um menino negro costuma ser atravessada por nomeações que reduzem e ferem. Ainda na escola, ele é frequentemente associado à pobreza e identificado por apelidos que oscilam entre o diminutivo e a ofensa direta. Seus traços são alvo de rejeição: o cabelo crespo é visto como problema, enquanto características como nariz largo e lábios volumosos são depreciadas. Desde muito cedo, inclusive no universo das cantigas infantis, constrói-se um imaginário que associa o negro ao medo, ao perigo e à negação. Desse modo, a criança negra

aprende, ainda nos primeiros anos de vida, que valores como beleza, dignidade e reconhecimento social não lhe são prontamente atribuídos. Quando há alguma possibilidade de acesso a esses lugares, ela passa pela exigência de se aproximar de padrões brancos, o que implica um afastamento de sua própria origem. Trata-se de uma exigência paradoxal, pois, mesmo nesse esforço, jamais lhe será concedido ocupar plenamente esse lugar (Baez, 2020).

O apagamento dessas histórias ancestrais é complexo, não sendo tarefa fácil mapear as muitas estratégias que vêm sendo, ao longo dos séculos, usadas pelos grupos hegemônicos para deportar ao desaparecimento os símbolos e saberes do povo negro. Todavia, é certo que esses processos, independente da capilaridade, possuem em comum o período colonial como origem. Certo também é que em épocas de escravidão o apagamento das identidades e cultura negra começava pela destituição do nome africano. Assim, quando uma pessoa negra chegava ao Brasil era despida de seu nome e batizada com um único nome de origem cristã, sem direito a sobrenome (Carneiro, 2021). A travessia forçada não marcava apenas um deslocamento geográfico, mas instaurava uma fratura profunda no modo de existir. Ao chegar, a pessoa arrancada de África já não encontrava as referências que sustentavam sua própria compreensão de si. Aquilo que antes era tecido por vínculos ancestrais, por pertencimentos e por uma continuidade simbólica, era violentamente interrompido. No lugar dessa inteireza, passava a emergir uma experiência de si atravessada pela perda, pela fragmentação e por uma espécie de desenraizamento ontológico. Nesse contexto, a identidade não apenas se fragilizava, ela era sistematicamente desfeita. O sujeito, que antes se reconhecia em relação a uma história, a um povo e a uma cosmologia própria, era impelido a existir a partir do olhar do colonizador. Já não se tratava de ser para si, mas de ser conforme a lógica de quem o dominava. Essa imposição produzia um deslocamento radical: a pessoa passava a refletir um outro que lhe era externo, perdendo progressivamente o acesso aos sentidos que organizavam sua existência. A retirada do nome próprio, nesse cenário, não era um gesto banal, mas um mecanismo central dessa violência. Ao renomear, o colonizador não apenas classificava, ele convertia pessoas em objetos administráveis. Para quem era submetido a esse processo, isso significava mais do que uma troca de designação: implicava a desarticulação de sua história, o enfraquecimento de seus laços com a

ancestralidade e a interrupção dos significados que, ao longo de gerações, sustentavam o que era ser alguém no mundo.

Com o passar do tempo, à medida que sedimentam o preconceito e a inferioridade da negritude, não apenas a cor da pele serve como justificativa para se desprezar, mas toda e qualquer herança que possa associar a pessoa à ancestralidade negra, incluindo aí o sobrenome, o que fazia com que muitas pessoas escravizadas que mantiveram o nome de origem, fosse pela vergonha ou pelo medo, aos poucos convertessem seus sobrenomes de nascimento para os de origem europeia (Lima, 2023). Não se tratava, portanto, de uma simples alteração de registro ou de um apagamento burocrático. Ao retirar nomes e sobrenomes, desmanchavam-se também os fios que conectavam o sujeito a uma história maior que ele mesmo. Eram rompidas as tramas que ligavam cada existência às suas linhagens, às memórias herdadas e às narrativas que davam espessura ao pertencimento. Sem esses marcos, tornava-se difícil sustentar a experiência de si como continuidade, como parte de algo que antecede e atravessa o indivíduo. Esse esvaziamento não operava apenas no plano simbólico, mas incidia diretamente sobre a própria possibilidade de existir com sentido. Era como se o eixo que organiza a experiência de ser fosse deslocado ou mesmo arrancado, produzindo vidas atravessadas por lacunas, silêncios e descontinuidades. Nesse cenário, a trajetória de pessoas negras passava a ser marcada por uma precarização que não era apenas material, mas também existencial, resultado de um apagamento que se instaurava de maneira progressiva e persistente. Ao mesmo tempo, esse processo pode ser compreendido como uma expulsão dos referenciais que sustentam o reconhecimento pleno da humanidade. Quando culturas, crenças, histórias e modos próprios de constituir-se são desarticulados, o que resta é uma forma de existência fragilizada, privada de seus fundamentos. Trata-se de uma condição em que o sujeito é impedido de se reconhecer a partir de si mesmo, sendo continuamente atravessado por uma lógica que o distancia de suas origens e o reinscreve em um lugar de negação.

Após esse primeiro movimento de desestruturação, instaurava-se uma cadeia contínua de apagamentos, que incidia tanto sobre a dimensão individual quanto coletiva, comprometendo a inscrição das marcas ancestrais das populações africanas nas Américas. Esse processo se articula ao que autores vinculados ao

pensamento decolonial denominam diferença colonial, entendida como um campo de tensão no qual narrativas locais são sistematicamente subalternizadas e encobertas por discursos que se impõem como universais (Baez, 2020). Ao pensar essa dinâmica, o filósofo chama atenção para o modo como certas narrativas se consolidam como legítimas, enquanto outras são sistematicamente desautorizadas. Não se trata de um movimento espontâneo, mas de um arranjo sustentado por relações de poder que, ao longo do tempo, instituem quais vozes podem ocupar o espaço do reconhecimento e quais devem ser silenciadas. Nesse cenário, a hegemonia narrativa não apenas organiza o que é dito, mas também define quem tem autorização para dizer. Desse modo, a colonialidade não operou apenas pela dominação dos corpos, mas também pela administração das histórias. Algumas versões do mundo foram elevadas à condição de verdade, enquanto outras foram empurradas para a margem, desacreditadas ou reduzidas à insignificância. O que está em jogo é uma hierarquização do próprio campo do sentido: determinadas experiências passam a ser vistas como universais, enquanto outras são tratadas como menores, irrelevantes ou incapazes de produzir conhecimento. Assim, instituiu-se um regime em que o direito à narrativa é distribuído de forma desigual. Há histórias que circulam, que se perpetuam e que ganham estatuto de memória coletiva, ao passo que outras são interrompidas, esquecidas ou impedidas de se reproduzir. Não é apenas uma questão de visibilidade, mas de valor: aquilo que não é reconhecido como digno de ser contado também é, em certa medida, impedido de existir plenamente no tecido social.

A diferença colonial trata da construção de trajetos geo-históricos de clivagem discursiva que atijolaram os valores eurocêntricos e impuseram aos não europeus um lugar marginal na história humana. Local em que as falas das vidas subalternizadas são desprestigiadas, reticentes, lacônicas e tratadas como se primitivas fossem. Trata-se, nesse sentido, da elaboração de circuitos, concretos e simbólicos que, desde a colonização, são utilizados para o trânsito de saberes validados socialmente, em que as linguagens e as gnosés periféricas não possuem legitimidade (Lima, 2023).

Assim sendo, a colonização e a modernidade com ela nascida implicaram em inúmeros processos de dominação que concretizaram ao longo do tempo os fundamentos discursivos da produção de identidades que foram segmentadas em

uma estrutura vertical, tudo isso promovido pela ideia biológica de raça que tornou as diferenças em inimigas das sociedades modernas (Baez, 2020). Diante disso, é inevitável reconhecer que a escravidão no Brasil não operou apenas como um sistema de exploração do trabalho, mas como um dispositivo amplo de silenciamento. Ancorada na lógica colonial, ela não apenas recusou as narrativas oriundas das diferenças, como também instituiu mecanismos duradouros de apagamento. Ao longo do tempo, foi se estruturando uma engrenagem complexa que não só invisibilizou experiências subalternizadas, mas também limitou as condições de sua circulação e reconhecimento, efeitos que, de diferentes formas, ainda se fazem presentes. Esse movimento não se restringiu a um campo específico. Ao contrário, atravessou e reorganizou os principais espaços de produção de sentido na sociedade. Na literatura, nas ciências, na filosofia, nas artes, na política e nos sistemas jurídicos, a pluralidade de vozes foi progressivamente reduzida. A presença, tanto concreta quanto simbólica, das diferenças foi sendo apagada ou relegada a posições marginais, enquanto uma única forma de linguagem e interpretação do mundo ganhava centralidade. Como consequência, consolidou-se uma espécie de padrão dominante que passou a orientar instituições, práticas e modos de pensar. Não se tratava apenas de uma uniformização, mas da imposição de uma lógica que transformava a diversidade em algo a ser assimilado ou excluído. Assim, saberes, sujeitos e formas de existência foram reinterpretados a partir de um referencial que privilegia a branquitude, fazendo com que múltiplas experiências fossem condensadas, distorcidas ou anuladas dentro desse enquadramento.

Conforme Carneiro (2021), a colonização foi um verdadeiro espetáculo de encobrimento do Outro. O indígena e o africano se tornaram pelas narrativas do europeu sujeitos desprovidos de complexidade, de sabedoria, de cultura, de política, de filosofia e espiritualidade. O discurso que foi globalizado era aquele que traduzia o não europeu como vidas inferiores, objetificadas e animalizadas. Com sua humanidade destituída, sua identidade alocada em instâncias menores que a da branquitude, os marcadores das diferenças se tornaram em marcadores da desigualdade. Assim, o Outro foi convertido em uma espécie primitiva e tudo que dele derivava refletia, nessa lógica, o atraso humano. Nesse cenário, a chamada diferença colonial se organizou a partir de uma lógica que não apenas distinguia,

mas hierarquizava os sujeitos. Ao definir o Outro como atrasado, incompleto ou incapaz, o europeu não só produzia uma imagem depreciativa daquele que dominava, como também consolidava para si uma identidade marcada pela ideia de progresso, racionalidade e superioridade. Trata-se de um movimento duplo: ao mesmo tempo em que inferioriza, eleva a si próprio como medida de referência. Essa assimetria no campo do conhecimento, ou seja, naquilo que é reconhecido como saber legítimo, funcionou como base para a desqualificação das histórias locais. Narrativas, práticas e formas de compreender o mundo foram sendo desautorizadas, quando não diretamente destruídas, em nome de um ideal de desenvolvimento que se pretendia universal, mas que, na verdade, expressava uma perspectiva específica e localizada. Sob esse regime, aquilo que não se alinhava ao modelo europeu era facilmente descartado ou considerado irrelevante. Nesse sentido, a negação da diferença não se dá de forma isolada, mas está profundamente articulada a uma lógica binária que organiza o mundo em polos opostos e hierarquizados. A colonialidade institui, assim, uma divisão rígida entre aqueles considerados superiores, os colonizadores, e aqueles situados como inferiores, os colonizados. Essa separação não apenas legitima a dominação, mas também naturaliza desigualdades, sustentando um sistema em que a alteridade é constantemente reduzida a um lugar de subordinação.

Esse pensamento dicotômico nutriu o senso de dever europeu de proteger as raças anunciadas como superiores, na medida em que entendiam necessário promover o banimento das raças anunciadas como inferiores e transformadas em inimigas da sociedade (Bois, 2019).

Ao serem posicionados como inimigos, afrodescendentes e ameríndios tornavam-se passíveis de morte, uma vez que (Morrison, 2020, p. 305): a morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; e mais pura.

É notório que essa morte não é apenas física, é também simbólica e cultural. A morte do corpo é a consumação final de um processo lento e impiedoso que impõe às vidas negras o suplício diário do medo e desespero desencadeados por políticas mortíferas utilizadas pelo Estado ou por ele chanceladas a terceiros para promoção do banimento das diferenças (Souza, 2022). Desse modo, a eliminação

da alteridade não europeia, convertida em ameaça à ordem da branquitude, não se restringe à destruição física de corpos negros e ameríndios. Ela se estende à supressão de tudo aquilo que sustenta suas existências: memórias, sistemas de justiça, formas de organização política, expressões estéticas, espiritualidades e cosmologias. Trata-se de um projeto que não admite permanências, operando para que nada subsista daquilo que não se alinha ao espelho colonial.

Nesse processo, essas populações foram sistematicamente afastadas dos espaços de produção de conhecimento, das instâncias de poder e dos circuitos institucionais. Empurradas para as margens sociais, tiveram suas memórias progressivamente retiradas do imaginário coletivo, enquanto ganhavam centralidade narrativas produzidas sob a ótica da branquitude, frequentemente marcadas pela desqualificação e pelo estigma. É nesse horizonte que Beiguelman (2019) discute as políticas de esquecimento como práticas intencionais que definem quais memórias devem ser preservadas e quais podem ser descartadas, conforme os interesses dominantes, contribuindo para a construção seletiva da história nacional (Morrison, 2020).

A história do Brasil traz tanto o extermínio da memória como o apagamento do outro, ambos os apagamentos inscritos nas suas páginas desde os primórdios da colonização. A catequese foi seu gesto inaugural, impondo a incorporação forçada à cultura católica dominante. E como não lembrar que a escravização de negros africanos começava, em teoria, por um ritual de esquecimento? Ainda que na prática não tenha se efetivado, como atestam as várias rebeliões pela liberdade, pretendia-se desvincular os escravizados de seu passado. Assim, conta-se que, antes de embarcar para o Brasil, sempre à noite, para que não pudessem memorizar o caminho, os escravizados eram obrigados a dar voltas em torno de uma árvore para que esquecessem de suas raízes: sua terra, sua identidade, as formas dos lugares.

Ainda que Beiguelman (2019) estabeleça uma distinção entre o apagamento das memórias e o apagamento do Outro, adoto aqui uma posição divergente. Compreendo que o extermínio das memórias de um povo constitui, por si só, uma forma de seu próprio apagamento. Quando determinados grupos são retirados dos registros históricos, o que se produz não é apenas ausência narrativa, mas um enfraquecimento profundo das bases que sustentam sua identidade. A ancestralidade perde consistência, os vínculos coletivos se fragilizam e a própria possibilidade de reconhecimento social é comprometida, favorecendo um desaparecimento que se manifesta nos planos simbólico, psíquico e cosmológico.

Nessa mesma direção, Souza (2022) aponta que o apagamento das memórias, no Brasil, não é episódico, mas uma prática reiterada desde o período colonial. O esquecimento, nesse contexto, é produzido e sustentado por grupos historicamente situados em posições de privilégio. Ainda que suas formas se atualizem ao longo do tempo, as estratégias de silenciamento preservam uma mesma lógica: desqualificar o Outro, esvaziar o valor de suas produções e negar sua relevância na constituição da sociedade brasileira. Esse movimento se evidencia, por exemplo, na ausência de políticas e espaços públicos que reconheçam as violências históricas cometidas contra populações negras e indígenas, bem como na escassez de iniciativas que valorizem suas expressões culturais e estéticas. Em contrapartida, observa-se a permanência de homenagens e discursos que reiteram a perspectiva colonial, inclusive por meio da exaltação de figuras historicamente associadas à opressão. Assim, o apagamento das memórias negras pode ser compreendido a partir de dois eixos principais: de um lado, a invisibilização de espaços de memória relacionados às violências, resistências e saberes desses povos; de outro, a produção e difusão de ideologias que distorcem ou minimizam as desigualdades raciais no país.

Nesse cenário, o mito da democracia racial configura-se como uma dessas construções ideológicas. Conforme Bois (2019), trata-se de uma narrativa que atende aos interesses de uma elite de origem escravocrata, ao negar a permanência das desigualdades após a abolição. Ao sustentar essa negação, desloca-se a responsabilidade estrutural para o indivíduo, produzindo uma lógica de culpabilização das populações negras por suas próprias condições de vida. Essa perspectiva, embora inconsistente, encontrou ampla difusão no Brasil, sobretudo porque os grupos racialmente privilegiados historicamente concentraram os meios de produção e legitimação do discurso social. Dessa forma, suas narrativas passaram a circular como verdades incontestáveis. Ainda que, mais recentemente, movimentos de afirmação da negritude tenham tensionado essa concepção, seus efeitos já estavam profundamente enraizados, desdobrando-se em outras formulações igualmente problemáticas, como a noção de meritocracia, que segue obscurecendo as desigualdades raciais ao atribuir o sucesso exclusivamente ao esforço individual.

Os pronunciamentos de Bolsonaro e Mourão, nesse sentido, não podem ser reduzidos a equívocos ou desconhecimento da história nacional. Antes, inscrevem-se em uma tradição discursiva que, ao longo do tempo, tem operado na negação sistemática das múltiplas formas de morte que atravessam a vida das populações negras no Brasil. Trata-se de enunciações alinhadas a uma lógica de apagamento histórico, sustentada pela colonialidade, que continuamente contribui para a produção de vulnerabilidade e extermínio dessas existências (Santiago, 2022).

Essas falas não partem da memória dos sujeitos colonizados, mas reiteram a perspectiva do colonizador como referência legítima. Negar o racismo, nesse contexto, significa também negar a historicidade das violências que se estendem desde o período escravocrata até o presente. Quando tais discursos são proferidos por autoridades políticas, seus efeitos ultrapassam o campo simbólico, pois comprometem diretamente a construção de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das desigualdades raciais. Dessa forma, o não reconhecimento do problema sustenta condições que continuam expondo a população negra a processos recorrentes de morte. Nessa direção, tais enunciações não apenas silenciam o passado, mas operam ativamente na reorganização das memórias sociais. Ao mesmo tempo em que ocultam as marcas ainda abertas da escravidão, produzem versões que tensionam ou distorcem os acontecimentos históricos. Trata-se de um movimento que pode ser compreendido como apagamento histórico, isto é, a eliminação sistemática de referências, imagens e saberes vinculados aos povos colonizados, favorecendo a manutenção de narrativas que beneficiam grupos hegemônicos (Beiguelman, 2019).

Ainda que o conceito de apagamento histórico não possua uma definição única e consolidada, utilizo aqui a compreensão de Kilomba (2023), que o aproxima dos processos intencionais de eliminação de patrimônios materiais e imateriais ligados às lutas e resistências dos povos colonizados.

Nessa perspectiva, não se trata de um esquecimento espontâneo, mas de uma prática ativa, articulada a projetos coloniais que recusam a incorporação dessas memórias nos espaços de reconhecimento social. Sua efetivação depende de uma rede de dispositivos que operam para o esquecimento, sustentada por relações de poder que determinam quais histórias devem ser preservadas e quais devem ser silenciadas. As políticas de apagamento histórico se mantêm e se fortalecem por

meio de discursos e ideologias que atualizam a lógica colonial. A ideia de democracia racial, por exemplo, atua como um desses mecanismos ao encobrir as desigualdades e reativar continuamente as linguagens do colonizador. Assim, enquanto determinadas narrativas são reiteradas e legitimadas, outras são excluídas do campo da memória social, sobretudo aquelas que expressam experiências de violência e desumanização. O que se estabelece é uma gestão seletiva da memória, na qual certos elementos são transmitidos como legado, enquanto outros são relegados ao esquecimento e à desvalorização (Bois, 2019).

Exemplos concretos dessas políticas podem ser observados nos baixos investimentos destinados a museus, arquivos e instituições culturais, comprometendo a preservação de memórias historicamente silenciadas. Nesse sentido, Kilomba (2023, p.204) evidencia as dificuldades na implementação do Museu da Escravidão e da Liberdade (MEL), no Rio de Janeiro, revelando como a resistência à consolidação de espaços dessa natureza expressa a permanência de uma lógica que ainda opera pela contenção e pelo apagamento das memórias negras no Brasil:

o projeto do MEL encontra-se no cerne de tensões políticas muito mais amplas, daí a grande dificuldade da sua implementação. Os conflitos que o perpassam são reflexos de embates políticos travados numa esfera mais abrangente, o que deixa o projeto do museu tão fragilizado que corre o risco de sucumbir antes mesmo de vir à tona. Por um lado, o MEL atualiza as tensões entre as memórias da escravidão e da herança africana e traz à tona os fantasmas gerados pelas aviltantes representações públicas dos escravizados, gerando resistência por parte significativa dos ativistas negros e contribuindo para o isolamento da secretária de Cultura. Por outro, o museu estaria relacionado a um projeto de nação que reconhece a importância dos africanos e seus descendentes na sua construção e a sua dívida para com os mesmos, mas que parece ser contrário aos interesses dos setores que assumiram o poder tanto no município quanto no governo federal. Por isso, ele não tem mais o suporte do Estado ou ao menos dos órgãos centrais à sua realização. Assim, enquanto o governo delega a sua responsabilidade, o projeto do MEL se enfraquece, a secretária de Cultura se isola e a “verdade” do museu é silenciada antes mesmo de ser formulada. O projeto do MEL gira em círculos, cada vez mais agonizante.

O caso do Museu da Escravidão e da Liberdade (MEL) evidencia, de maneira contundente, a tensão entre projetos distintos de sociedade que coexistem no Brasil. De um lado, permanece a aposta em uma narrativa que dilui as diferenças raciais por meio da valorização acrítica da miscigenação, reforçando a ideia de uma convivência harmoniosa que, historicamente, encobre desigualdades estruturais. De

outro, afirma-se a importância da memória negra como elemento fundamental não apenas para reconhecer a centralidade dessas populações na formação do país, mas também para fortalecer lutas contemporâneas por justiça e equidade. Nesse embate, observa-se um Estado que, muitas vezes, se alinha à manutenção de estruturas herdadas da colonialidade, mobilizando seus recursos para dificultar processos de preservação e difusão dessas memórias (Santiago, 2022).

Apesar da persistência dessas dinâmicas de apagamento histórico, é fundamental destacar que as populações negras na América Latina nunca aderiram passivamente a tais imposições. Ao contrário, construíram, ao longo do tempo, múltiplas formas de resistência que garantiram a continuidade de suas existências, saberes e expressões culturais. Seja por meio do aquilombamento, seja pela ocupação estratégica de espaços institucionais tradicionalmente excludentes, essas presenças tensionaram estruturas hegemônicas marcadas pela branquitude, pelo patriarcado e por lógicas burguesas (Alcoff, 2022).

Nessa perspectiva, como aponta Beiguelman (2019), os movimentos de resistência não emergem dos centros de poder, mas das margens produzidas pelas desigualdades históricas. São justamente as experiências silenciadas, os territórios atravessados por violências e os lugares de fratura que produzem saberes capazes de questionar a hegemonia eurocêntrica. Assim, trazer à tona memórias negras que foram historicamente deslocadas para o esquecimento exige não apenas visibilização, mas também um rompimento consistente com os referenciais dominantes de conhecimento. Trata-se de afirmar outras formas de existir e pensar, ancoradas nas vozes do Sul Global (Mbembe, 2022), reconhecendo a potência epistemológica presente nas experiências e trajetórias desses povos.

A desterritorialização das populações negras, nesse contexto, não é um fenômeno recente, mas um processo que remonta à diáspora africana forçada a partir do século XVI. Ao longo da história brasileira, diferentes dispositivos contribuíram para a exclusão desses grupos dos espaços centrais da vida social, desde o modelo plantation até legislações como a Lei de Terras de 1850, além da ausência de políticas que garantissem acesso digno aos centros urbanos. Esse conjunto de fatores resultou na marginalização territorial, empurrando populações negras para periferias historicamente negligenciadas pelo Estado e frequentemente associadas à criminalização. Dessa forma, as cidades brasileiras passaram a

reproduzir, em sua organização espacial, as marcas da colonialidade, promovendo também o apagamento de presenças e memórias negras em diversos territórios (Mbembe, 2022).

Por outro lado, a produção intelectual e artística negra tem desempenhado um papel central na problematização dessas dinâmicas. Ao evidenciar dimensões frequentemente ocultadas pelo discurso hegemônico, essas produções tensionam a narrativa moderna que buscou encobrir as violências da colonização na América Latina (Dussel, 2022). Autoras e autores como Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Maria Firmina dos Reis, Eliana Alves Cruz e Jeferson Tenório, entre outros, têm contribuído para explicitar como as desigualdades raciais foram historicamente produzidas e articuladas.

Nesse cenário, ganha destaque a noção de lugar de fala, amplamente difundida no Brasil a partir da obra de Djamila Ribeiro. Ainda que o termo tenha origem em debates desenvolvidos por intelectuais afro-americanos, sua incorporação no contexto brasileiro permitiu evidenciar as condições que atravessam a produção de discursos e saberes. Mais do que uma categoria teórica, trata-se de um instrumento político e epistemológico que reivindica o direito de enunciação a partir das experiências historicamente marginalizadas. Assim, o lugar de fala se articula diretamente à disputa por memória, ao afirmar a legitimidade das narrativas que emergem das periferias sociais e ao confrontar as políticas de apagamento histórico que insistem em silenciar essas vozes.

De acordo com Alcoff (2022, p.395), o lugar de fala emerge como resposta às profundas desigualdades que atravessam as populações marginalizadas, uma vez que:

não poder acessar certos espaços, acarreta em não se ter produções e epistemologias desses grupos nesses espaços; não poder estar de forma justa nas universidades, meios de comunicação, política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas, inclusive, até de quem tem mais acesso à internet. O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social. Quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de locus social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. Absolutamente não tem a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo, por exemplo.

Assim, o lugar de fala pode ser compreendido simultaneamente como recusa ao silenciamento e como abertura ao diálogo com a diferença. Não se trata apenas

de ocupar um espaço de enunciação, mas de tensionar as estruturas que historicamente interditarão determinadas vozes. Nesse movimento, ele atua como um gesto de revelação: traz à superfície experiências de sofrimento e violência produzidas pelo escravagismo colonial, ao mesmo tempo em que desestabiliza as formas pelas quais o Outro foi reduzido a uma condição desumanizada. Paradoxalmente, é no interior dessas mesmas estruturas que inferiorizam que emergem possibilidades de ruptura. A partir dos lugares subalternizados, constituem-se formas de pensamento que não apenas contestam a lógica colonial, mas também inauguram novos horizontes epistemológicos, nos quais o pensamento de fronteira se torna possível (Dussel, 2022).

É nesse terreno que a escrita negra se afirma como prática de memória. Ao invés de buscar reconhecimento a partir de referenciais externos, ela se ancora em sua própria experiência, acessando feridas históricas e transformando-as em matéria de elaboração crítica. Trata-se de uma escrita que não fala “sobre” a margem, mas a partir dela, mobilizando recursos estéticos e narrativos para romper com o silêncio imposto. Ao fazê-lo, projeta no presente e no futuro as marcas de um passado que insiste em não ser esquecido, estabelecendo interlocuções que desafiam os padrões hegemônicos de produção de conhecimento. A potência dessa produção reside justamente na sua capacidade de confrontar os modelos normativos que, desde a modernidade, têm orientado os campos estético, filosófico, científico e cultural sob bases eurocêntricas. Nas obras de autoras e autores negros contemporâneos, observa-se uma centralidade das vivências que atravessam o processo de tornar-se negro na sociedade brasileira, evidenciando os impasses, violências e negociações que estruturam as relações sociais, especialmente no campo racial. Mais do que narrativas individuais, essas produções configuram uma crítica consistente às formas históricas de exclusão e subalternização (Alcoff, 2022).

Por fim, ainda que as políticas de esquecimento no Brasil se manifestem de maneira ampla, atravessando discursos, instituições e a própria organização dos espaços urbanos, a resistência negra se mantém como força ativa na preservação e reinvenção de suas memórias. O lugar de fala, nesse contexto, não apenas sustenta a enunciação dessas experiências, mas também possibilita a construção de novos modos de interlocução com os grupos dominantes. A partir dele, tornam-se possíveis outras formas de relação, mais plurais e equitativas, capazes de tensionar

as hierarquias herdadas da colonialidade e abrir caminhos para configurações sociais menos excludentes (Dussel, 2022).

### **3 CONSIDERAÇÕES**

As experiências históricas da população negra no Brasil foram, em grande medida, obscurecidas por dinâmicas associadas à colonialidade, que, ao universalizar determinadas narrativas, silenciaram vozes e comprometeram a preservação de memórias coletivas. Ao propor uma reflexão sobre esses processos, este estudo recorreu ao conceito de memoricídio como ferramenta analítica para problematizar a supressão sistemática de produções simbólicas, culturais e históricas da negritude, compreendendo-a como parte de uma política de esquecimento articulada ao projeto colonial de dominação e exploração das diferenças.

Apesar desse cenário, observa-se a emergência de práticas de resistência conduzidas por sujeitos comprometidos com a preservação e a rearticulação das memórias negras. Tais movimentos, situados em contextos historicamente marginalizados, afirmam-se a partir de seus próprios lugares de enunciação e produzem tensionamentos significativos nas estruturas hegemônicas, abrindo caminhos para novas formas de diálogo e reconhecimento.

O apagamento das identidades e memórias negras no Brasil revela-se como um processo estruturado e amplamente disseminado, que atravessa diferentes esferas sociais, das produções artísticas e acadêmicas aos espaços públicos e urbanos. Ainda assim, a resistência tem se manifestado de maneira plural e inventiva, apropriando-se de múltiplas linguagens e suportes, como produções independentes, expressões artísticas urbanas e ambientes digitais. Por meio dessas estratégias, são elaboradas narrativas que expressam as complexidades da experiência negra no país, contribuindo para a construção de outras possibilidades de existência e para o enfrentamento das desigualdades raciais.

### **REFERÊNCIAS**

ALCOFF, L. M. **Uma epistemologia para a próxima revolução**. Revista Sociedade e Estado, v.31, n.01, p.129–143, 2022.

BAEZ, F. **A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização.** ed.3. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 2020.

BEIGUELMAN, G. **Memórias da amnésia: políticas do esquecimento.** ed.1. Editora Sesc. São Paulo, 2019.

BOIS, W. E. B. DU. **As Almas da Gente Negra.** ed.6. Editora Lacerda. Rio de Janeiro, 2019.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** ed.3. Editora Selo Negro. São Paulo, 2021.

DUSSEL, E. **O encobrimento do outro: a origem do mito a modernidade.** ed.9. Editora Vozes. São Paulo, 2022.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** ed.1. Editora Cobogo. Rio de Janeiro, 2023.

LIMA, C. B. DE. **Literatura negra - uma outra história.** Terra roxa e outras terras - Revista de Estudos Literários, v.17- A, p.67–77, 2023.

MBEMBE, A. **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte.** Revista Arte e Ensaio, v.32, p.123–151, 2022.

MORRISON, T. **Racismo e fascismo: O corpo escravizado e o corpo negro.** ed.1. Editora Companhia das Letras. São Paulo, 2020.

SANTIAGO, A. R. **Vozes literárias de escritoras negras.** ed.3. Editora UFRB. Cruz das Almas, 2022.

SOUZA, J. DE. **Afrodescendência: identidade desvelada na memória.** ed.3. Editora Atlas. São Paulo, 2022.